



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Espaço, Globalização e Plano Diretor a partir de uma nova política da espacialidade

Space, globalization and Master Plan from a new policy of spatiality

El espacio, la Globalización y el Plan Maestro de una nueva política de la espacialidad

FERREIRA, Giovanilton André Carretta (1)

(1) Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, UFF, Professor da Universidade de Vila Velha e Faculdades Integradas de Aracruz, Vila Velha, ES, Brasil; email: giovanilton2002@hotmail.com

Espaço, Globalização e Plano Diretor a partir de uma nova política da espacialidade

Space, globalization and Master Plan from a new policy of spatiality

El espacio, la Globalización y el Plan Maestro de una nueva política de la espacialidad

RESUMO

O artigo procura relacionar as possibilidades de uma nova política da espacialidade, com as transformações que vem ocorrendo na sociedade e na cidade contemporânea, que acabam por impor limites e desafios às formas atuais de pensar, planejar e intervir nas cidades da atualidade. A partir dos apontamentos colocados sobre esta nova realidade, questionar a forma como a Arquitetura, Urbanismo e o planejamento urbano tradicional se relacionam com esta política da espacialidade, através dos seus instrumentos de atuação sobre o espaço sociopolítico das cidades, em especial através dos seus Planos Diretores.

PALAVRAS-CHAVE: espaço, globalização, plano diretor

ABSTRACT

The article links the possibilities of a new politics of spatiality, with the changes that has taken place in society and the contemporary city, which eventually impose limits and challenges current ways of thinking, planning and intervening in cities today. From the notes placed on this new reality, questioning how the Architecture, Urbanism and traditional urban planning, relate to this policy of spatiality through their instruments of action on the socio-political space of cities, in particular through its Master Plan.

KEY-WORDS: space, globalization, master plan

RESUMEN

El artículo vincula las posibilidades de una nueva política de la espacialidad, con los cambios que ha tenido lugar en la sociedad y la ciudad contemporánea, lo que eventualmente imponer límites y retos actuales formas de pensar, planificar e intervenir en las ciudades de hoy. De las notas puestas en esta nueva realidad, cuestionando la forma en la arquitectura, el urbanismo y la planificación urbana tradicional, se refieren a esta política de la espacialidad a través de sus instrumentos de acción en el espacio socio-político de las ciudades, en particular a través de sus Plan Maestro.

PALABRAS-CLAVE: espacio, globalización, plan maestro

1 INTRODUÇÃO

O artigo procura relacionar as possibilidades de uma nova política da espacialidade, com as transformações que vem ocorrendo na sociedade e na cidade contemporânea, que acabam por impor limites e desafios às formas atuais de pensar, planejar e intervir nas cidades da atualidade. Ou seja, a partir dos apontamentos colocados sobre esta nova realidade, questionar a forma como a Arquitetura, Urbanismo e o planejamento urbano tradicional, através dos seus instrumentos de atuação sobre o espaço sociopolítico das cidades, em especial através dos seus Planos Diretores, se relacionam com esta política da espacialidade.

O estudo apoia-se em uma abordagem alternativa do espaço em que se destacam três proposições principais as quais esta noção esta diretamente relacionada e que norteiam a discussão do tema neste trabalho. O espaço como produto das inter-relações, como sendo algo formado pelas diversas interações, nas diferentes escalas, do global ao local, ou o intimamente pequeno. A compreensão do espaço como a esfera da coexistência de diferentes trajetórias, da existência da multiplicidade, que dá conta de incorporar a pluralidade e heterogeneidade contemporânea. E o espaço como um elemento em permanente construção, inacabado na sua essência e dinâmico por natureza (MASSEY, 2012).

A essência da visão de espaço adotada está na possibilidade de uma abertura para a genuína esfera do político e no sentido de se contrapor a alguns posicionamentos que tratam as mudanças geradas pela globalização contemporânea a partir da imagem de espaço como pura horizontalidade, dentro de uma instantaneidade sem profundidade, alheio ao tempo e as histórias individuais, em permanente conectividade, delimitado e tido agora como um mundo de fluxos.

No intuito de interpretar, cruzar e contrapor a esta ideia de uma nova política da espacialidade são abordadas as transformações geradas pela globalização na sociedade e na cidade contemporânea que impõe uma nova realidade, uma mudança profunda na maneira de conceber, produzir, utilizar e gerir, de maneira geral, os territórios e, particularmente, as cidades.

A questão que se coloca é sobre a possibilidade das formas tradicionais de atuação sobre nossas cidades, incorporarem uma visão socioespacial da cidade vista como um produto das inter-relações, como esfera e constituição da multiplicidade e como um espaço em permanente construção. A hipótese que se apresenta sobre a dificuldade deste cruzamento baseia-se na crítica que existe sobre os atuais instrumentos de planejamento da cidade, que recaem, dentre vários aspectos, a um tratamento eminentemente técnico sobre questões cuja essência do seu tratamento é política. Neste sentido discutir o espaço e as suas formas de intervenção, aqui analisadas no âmbito do urbanismo e do planejamento urbano, nestas condições passa em primeiro lugar, a uma abertura para a genuína esfera do político e o entendimento das transformações socioespaciais que marcam as cidades, bem como as formas de interpretar e refletir sobre estes espaços no início do século XXI.

2 ESPAÇO E GLOBALIZAÇÃO

Segundo Ascher (2010), estamos em um período de transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade da informação e do conhecimento. Esta nova fase, esta assentada na emergência de uma terceira fase de modernização, que abandona o racionalismo simplista e as certezas da fase anterior e que configura uma terceira revolução urbana, cujas

principais mudanças estão relacionadas a uma sociedade mais racional, mais individualista e mais diferenciada, que o autor denomina como uma sociedade hipertexto.

Neste contexto de mudanças evidencia-se, em função do desenvolvimento dos novos meios de transporte e armazenagem de bens, informações e pessoas (BIP), uma autonomia crescente ante os limites espaciais e temporais, no qual a presença física e a proximidade deixam de ser condições imprescindíveis para as práticas sociais, em virtude das possibilidades acrescidas pelos avanços tecnológicos de deslocamentos e telecomunicações mais ágeis.

Associada a estas transformações está a passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo como outra grande característica da terceira fase de modernização identificada por Ascher (2010), que impõe uma ampla reestruturação dos territórios das metrópoles no mundo. Segundo este autor, as cidades mudam de escala e de forma, a globalização capitalista e a transferência das regulações para o mercado marcam o fim dos futuros previsíveis e planificáveis, a crise do estado de bem estar, ao mesmo tempo em que criam incertezas, consolidam uma nova forma de economia de mercado que impõem as cidades e ao seu planejamento algumas questões:

- As metrópoles assumem uma nova forma, surge o conceito de metropolização conurbações, vastas, descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas diluindo os limites entre cidade e campo, impulsionando uma homogeneização dos lugares e uma diferenciação a partir da maior individualização pelo consumo;
- Os novos sistemas urbanos de mobilidade e o avanço das tecnologias de transporte e comunicação multiplicam as polarizações, redistribuem as atividades pelo território, geram novas centralidades aliadas aos sistemas de mobilidade;
- Maior individualização do espaço-tempo gerando mudanças na organização do território e no emprego do tempo produzindo maior flexibilidade na vida pessoal e coletiva, gerando crise na concepção e funcionamento dos equipamentos, espaços e serviços públicos;
- Redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais, com a necessidade de revisão das modalidades de funcionamento da democracia, obrigando a renovação profunda das formas de definição dos interesses coletivos e de construção pública das decisões;
- Novas formas de segregação social produzidas por diversos fatores, dos excluídos do desenvolvimento econômico, passando pelas novas possibilidades de localizações residenciais, possibilitadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte, que geram novas forças segregadoras em função do aumento da velocidade de deslocamento (ASCHER, 2010).

Dentro deste amplo cenário de transformações apresentado, Ascher (2010) indica o desafio que se coloca para a sociedade moderna, que é o da renovação dos conceitos e modalidades do político e da política. No entanto, a forma passiva e de certa forma submissa de aceitar as transformações em curso pela globalização e os seus impactos na sociedade e cidade, como na velha história da modernidade, tendem a direcionar para uma narrativa de inevitabilidade, que leva a efeitos desastrosos para a política.

Na visão limitadora da política de Ascher, os que ainda não foram integrados na comunidade global de comunicação instantânea o serão em breve. Trata-se de uma narrativa com uma única trajetória, dentro de um futuro que é considerado inevitável. Ou somos massas uniformes, dentro de uma crescente individualização esvaziada pelo consumo, direcionados



pelos interesses corporativos do capital internacional, ou estamos fadados ao isolamento dentro um pensamento único e universal.

As diferenças potenciais das trajetórias dos lugares são obstruídas e reduzidas sob o signo de sequencia temporal. Como aponta Massey (2009), as multiplicidades essenciais do espacial são negadas e todos são induzidos a seguir o mesmo caminho para o desenvolvimento.

Estas proposições condicionadas de bloqueio da multiplicidade contemporânea do espacial obstruem, de forma previsível, a natureza das relações em jogo que são marcadas por uma globalização condicionada pelos ditames do capitalismo neoliberal, conduzida por multinacionais e que tentam considerar esta forma de globalização/desenvolvimento como uma e sua única forma.

Igualmente contraditória são as possibilidades de o planejamento urbano impor algum tipo de limite ou regulação no campo da política urbana, em tempos de terceira revolução urbana. O receituário proposto ao planejamento urbano, na visão de Ascher, contradiz a ideia de pensar o espaço como a esfera das relações, negociações, práticas de compromisso.

O planejamento urbano contemporâneo não pode se colocar mais como um projeto único, totalizador, que compreende a diferença geográfica como sendo fator primordialmente de isolamento e separação. Nem tampouco deve ser substituído por uma falsa “flexibilidade” regida pelas livres forças do mercado que através de ações pontuais não reconhecem as diferenças e interesses divergentes em torno da cidade e acabam por ampliar a segregação socioespacial e as desigualdades nas cidades.

Estas posturas são contrárias a visão do espaço pensado como produto emergente de relações, incluindo as que estabelecem encontros e diferenças dentro de um processo visando à constante produção do novo, que surge desta inter-relação e não de uma emergência essencializada de uma origem, nem tão pouco produto de uma espacialização, no sentido de expulsão das características essenciais do espaço (MASSEY, 2009).

3 ESPAÇO E DISPERSÃO URBANA

Dentre as principais transformações das cidades e metrópoles em tempos de globalização “*a dispersão é um fenômeno que incomoda*”, tal como aborda Secchi (2009 p. 49). Talvez muito pela dificuldade de ser explicada e definida em poucas palavras e conceitos, bem como das (im)possibilidades de intervenção frente às profundas transformações ao longo da história que vem gerando na sociedade e nas cidades. Uma variedade terminológica tais como *edgcity*, *galacticmetropolis*, *exurbia*, *sprawlcities*, *regional cities*, *Metapolis*, *Megacidade*, *Pós cidade*, explicitam o embaraço, dificuldades e contradições que as novas formas de urbanização suscitam em seus observadores.

Concentração e dispersão urbana nas grandes periferias metropolitanas do mundo, independente da sua localização vem se constituindo como fenômenos autocontraditórios, “*cada um causa do seu oposto*” (SECCHI, 2009 p. 38). Esta dualidade tem gerado nos estudos urbanos uma luta constante à procura de um equilíbrio espacial e temporal entre sua funcionalidade e a infraestrutura que dê suporte a uma atuação completa destas funções, suscitando assim, uma instabilidade perene. Este descompasso entre o espaço e o tempo, que surge da visão historicamente limitada e submissa do primeiro frente ao segundo, bem como da forma racional e limitadora como vem sendo tratada no planejamento urbano parecem

explicar a constatação de que *“a organização espacial surge atrasada em relação à organização dos lugares de produção ou de trocas”* (SECCHI, 2009 p. 38).

Neste contexto de instabilidade, tratar a cidade e conseqüentemente os modos de vida urbanos por meio de um sistema de infraestrutura e de regras racionais de utilização do solo, tem sido a forma predominante de tentar dominar as angústias geradas pela concentração urbana nas grandes metrópoles do mundo.

A dispersão urbana, com o passar do tempo vem sendo associada a degradação da cidade moderna e de suas formas urbanas tradicionais, suscitado a antecipação de novas formas de habitar, novas inquietações e angústia que passam a evidenciar o caráter fragmentário da cidade e a incapacidade de atribuir a ela uma única imagem, forma, definição, modelo de ordenamento e/ou intervenção. Evidencia-se a ruptura dos espaços urbanos, das cidades e metrópoles contemporâneas com os padrões assentados na modernidade, para entrar em um novo período cujos delineamentos não estão totalmente claros e definidos.

O que temos é uma sociedade urbana que não mais se interpreta como grandes agregações homogêneas há uma multiplicação dos estilos de vida, das formas de se produzir, habitar e circular, entre os quais a dispersão da cidade torna-se a sua materialização concreta. A dispersão urbana assinala muito mais do que apenas uma nova forma de produzir e habitar, é também uma nova forma de produção do espaço, de inter-relação entre os seus operadores, entre estes e os sistemas políticos administrativos, as novas instituições e procedimentos, que instalam um entendimento de um novo espaço, o espaço dos fluxos. Tal como na modernidade, esta nova noção espacial passa a ser empregada para alto afirmar e legitimar a sua própria produção e universalização. *“A conseqüente obstrução da multiplicidade contemporânea do espacial obstrui, também, a natureza das relações em jogo”* (MASSEY, 2011 p. 127).

Ao nível da forma urbana e das políticas e projetos para as cidades, o que se percebe é que a forte oposição entre concentração e dispersão urbana torna-se muito mais princípios ideológicos dentro de um debate que não se limita a cidade física, mas em que os diferentes partidos, que impressionam somente em um primeiro momento, continuam mudando de posição reciprocamente, contribuindo para uma continuidade com o passado (SECCHI, 2009).

Esta oposição se explicita em termos de proposições para a cidade nas propostas de continuidade e descontinuidade que parecem ter seguido ao longo de todo o século XX e se mantém ainda presentes. Por um lado, a obsessão pela memória, um presente eterno que marcam as propostas de reconstrução das cidades europeias, no pós-guerra, a partir da reflexão sobre o passado da cidade, gerando uma reconstrução crítica - *“construção da cidade na cidade”*. Esta busca da continuidade, no entanto, é cada vez mais confrontada pelos fenômenos da dispersão e fragmentação do espaço. Os projetos que se sucedem oscilam até os dias atuais entre a sua aceitação e sua rejeição, a banalização do fragmento como sendo a expressão da pluralidade e a busca de continuidade com a experiência de cidade de um passado remoto e inatingível (SECCHI, 2009).

De certa forma a instabilidade que surge com a perda dos referenciais racionalista da modernidade, de um futuro pré-determinado a ser alcançado aos moldes dos países europeus, abrem caminho para o reconhecimento que a trajetória europeia deve ser reconhecida como apenas uma das histórias que estavam sendo feitas, afastando-se assim, da noção de um espaço como uma superfície contínua, lisa, mas como a esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias (MASSEY, 2009).

O futuro do urbano aparenta não estar mais na Europa, e sim nos países não europeus onde as megacidades de todos os tipos e formas, sob a pressão do seu crescimento, se espraiam de maneira disforme sobre amplos territórios na periferia do mundo globalizado. Parece que nos deparamos com dois mundos, entre duas condições urbanas como aponta Mongin (2009): a condição urbana entendida como experiência específica e multidimensional e a da época contemporânea entendida em sentido secundário, aquele que nem sempre está relacionado a civilização urbana dando lugar ao devaneio semântico que reúne termos como metrópole, megacidade, megalópole, cidade-mundo, cidade global, metápolis.

Desta forma, apoiando-se em Mongin (2009), mesmo a partir da constatação da imposição do espaço dos fluxos sobre os lugares, entende-se que não se pode curvar-se às duras leis da globalização urbana ou sonhar com o ciberespaço, territórios que não têm limite. Valorizar a experiência específica, a partir de limites e de espaços que apontem para uma nova cultura urbana que não pode ser expressa apenas pelos fluxos, o patrimonial, artístico e arquitetural. Esta nova cultura urbana exige que um novo espaço tome forma política e que a partir dela possa encontrar uma coerência a fim de se precaver contra a dispersão e fragmentação do urbano.

4 ESPAÇO, PLANEJAMENTO URBANO E PLANO DIRETOR

Em uma rápida retrospectiva das primeiras grandes intervenções da ação do Estado sobre a organização do espaço intra urbano, até o momento de crescimento e consolidação da figura do Plano Diretor como instrumento de organização das cidades, algumas características marcaram profundamente a história do planejamento urbano no Brasil: as ações urbanísticas não seguiam diretrizes sociais de grande amplitude, sobressaindo-se questões de caráter técnico (RIBEIRO & CARDOSO, 1996; PECHMAN 1996); as propostas de intervenção urbana foram espelhadas em propostas de modelos formulados pelos países desenvolvidos (SILVA, 1981; MARICATO, 2000), interesses privados já estavam por detrás dos grandes projetos urbanos, os quais patrocinavam, discutiam, defendiam ou atacavam (MOTTA, 2002; VILLAÇA, 1999).

Neste sentido percebe-se que a tradição do planejamento urbano no país tem sido ao longo da sua formação a do não reconhecimento das características particulares do espaço defendidas por Massey (2009), em que o reconhecimento da inter-relação das diversas áreas envolvidas econômica, social, ambiental e físico territorial é uma pré-condição, bem como a necessidade da multiplicidade de interesses, o reconhecimento da simultaneidade de histórias envolvidas, contrário ao entendimento de uma *“diferença negativa”*, mas apostando em uma *“heterogeneidade positiva”*. O que se percebe é que ficamos alheios a um planejamento formado por uma ação política que pudesse ser sensível a estas qualidades na formação do espaço.

Ao que parece, a história do planejamento urbano e a dos planos diretores tecnocráticos tem se constituído em um ambiente de transformação da cidade na contramão de uma política da espacialidade. A limitada capacidade de aglutinar as diferentes representações da sociedade civil em torno das discussões acerca dos temas fundamentais para as cidades, bem como a fragilidade política para atuar sobre estes temas cruciais dos conflitos urbanos, demonstram na prática que estes Planos parecem querer configurar representações estáticas de um futuro pré-determinado que se pretende alcançar em torno de um falso consenso. E que, no entanto, ao contrário, eliminam algumas das principais qualidades do espaço: as múltiplas trajetórias, a

simultaneidade de histórias, interesses e o espaço enquanto dimensão de uma multiplicidade de durações. Predomina assim na noção de espaço pretendida pelos Planos Diretores a velha cadeia de “*significado-espaço-representação-estase*” numa visão pouco promissora (MASSEY, 2009).

A renovada importância assumida pelos Planos Diretores, a partir do Estatuto da Cidade, aponta como principais novidades a incorporação dos instrumentos da política urbana e a obrigatoriedade legal da participação popular na sua elaboração e implementação.

Com relação à participação popular esta aparece como um ingrediente a mais no roteiro técnico de elaboração de um correto Plano Diretor. Dentro desta espécie de consenso sobre as virtudes da participação, um grande número de mecanismos tais como conselhos, iniciativas populares, audiências públicas foi incorporado a estes Planos. Todavia, de acordo com Maricato (2000), a simples formulação de Planos Diretores não viabiliza a democratização das relações sociais e a formação de um espaço urbano mais justo, fazendo-se necessário a sua operacionalização e isso implica ação e enfrentamento de conflitos, interação e multiplicidade. Como é reconhecido, o planejamento urbano brasileiro, dentro da tradição da nossa sociedade, tem o hábito de ignorar, ou escamotear a existência dos conflitos sociais.

Assim, a politização do planejamento urbano através da construção de espaços de participação social e de Planos Diretores Participativos, que deem voz a toda a população, em especial aos que nunca tiveram, fazendo emergir os diferentes interesses presentes nas cidades e objetivando a superação de uma tradição autoritária como a do Brasil é uma tarefa difícil, contudo altamente transformadora para a formação de uma nova política da espacialidade.

Somando-se a estes desafios temos as mudanças profundas na sociedade, cidades e metrópoles do mundo descritas e que ocasionam modificações significativas no entendimento do espaço sociopolítico e na estruturação urbano-territorial das cidades e regiões, que apontam para uma grande limitação do ordenamento urbano através dos Planos Diretores, nestas novas configurações espaciais.

A complexidade e a diversidade de conceitos, situações, morfologias e tipos de urbanização que ora se apresentam, bem como os seus impactos urbanos e ambientais colocam em cheque velhas posturas e metodologias no tratamento sobre os espaços urbanos e as cidades. Tal situação aponta para a necessidade de se elaborar novos métodos e referências de análise que possibilitem pensar novas práticas de intervenção contemplando os diferentes interesses sociais envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que nos faz crer que os planos e legislações do planejamento urbano brasileiro originados da herança positivista, na crença no progresso linear, no discurso universal e na tentativa de um enfoque holístico, agora em um momento de tantas incertezas sobre as transformações da sociedade e da cidade darão conta do recado?

No atual contexto de instabilidade, tratar a cidade e conseqüentemente os modos de vida urbanos diversificados por meio de um sistema de infraestrutura e de regras racionais de utilização do solo, uma marca do século XX, torna-se cada vez mais claro a sua ineficácia frente às angústias geradas pela concentração urbana nas grandes metrópoles do mundo, no século XXI.



Apoiando-se na crítica proposta por Massey (2009), o planejamento urbano para as cidades contemporâneas deve mirar na direção de uma nova imaginação e não retornar àquela concepção temporalmente regionalizadora e segregadora da modernidade, que não cria possibilidades, nem tampouco oferece uma alternativa política adequada. No entanto, o que se evidencia na prática é que as comparações tão comuns entre modernidade e pós-modernidade tanto do ponto de vista temporal quanto formal negam o verdadeiro desafio do espacial.

O debate formal míope entre concentração e dispersão urbana, focado em uma luta constante de busca de um equilíbrio espacial e temporal entre sua funcionalidade e a infraestrutura visando uma improvável instabilidade perene, se mostra insuficiente e limitado. No entanto, servem para comprovar mais do que modelos espaciais ideais, que temos uma sociedade urbana que não mais se interpreta como grandes agregações homogêneas, onde a dispersão urbana é a síntese dos novos estilos de vida, das novas formas de se produzir, habitar e circular tornando-se a sua materialização concreta. Muito mais do que apenas uma nova configuração formal, o que se apresenta é uma nova forma de produção do espaço, novos formatos de inter-relação dos atores e agentes sobre o território gerando novas espacialidades.

Mais do que uma forma única e reveladora de atuação sobre o urbano, algumas pistas, dentro de um horizonte bastante nebuloso e impreciso, podem ser destacadas das referências adotadas e que tentam sinalizar para uma condição urbana entendida como experiência específica e multidimensional.

Se há possibilidades, estas serão construídas a partir das múltiplas histórias e trajetórias, passando pela valorização da experiência específica, a partir de limites e de espaços que apontem para uma nova cultura urbana. Esta exige que este novo espaço tome forma política.

Nesta nova política da espacialidade o global se faz pelo local, onde o primeiro não é algo *“acima e exterior”* e inatingível (horizontalidade sem profundidade). Uma necessária aproximação entre espaço e lugar demonstra que as possibilidades de respostas não se fazem de receituários prontos a nível global, pois estes não enxergam as diferenças locais, a percepção progressiva do espaço como *“dimensão de uma multiplicidade dinâmica simultânea”*, bem como da *“simultaneidade de trajetórias múltiplas”*, onde o lugar e a existência humana não podem ser dissociados (MASSEY, 2009 p. 97).

Em meio à transição de um mundo finito que tornava possível práticas infinitas, caminhamos para um mundo infinito que direciona para práticas finitas e fragmentadas. Dentro dessa realidade o espírito da cidade não está morto, mas a sua reconquista não passa mais apenas pelo salvamento das formas tradicionais das cidades europeias. Esta reconquista que é cada vez mais confrontada pelos fenômenos da dispersão e fragmentação do espaço, passa também pela vontade de reunir em conjuntos coerentes polos que tendem a se separar e a se cindir, em uma nova configuração espacial ainda não claramente experimentada, e por isso mesmo desafiadora para os padrões tradicionais de planejamento urbano (MONGIN, 2009).

Nesta tentativa de aproximação rumo a retomada de experiências específicas, os instrumentos de planejamento urbano, não precisamente apenas os Planos Diretores, dado as suas limitações, algumas delas aqui demonstradas, devem ser capazes de articular as diferentes escalas a que o planejamento das cidades está submetido em tempos de globalização. Atuar nesse espaço transescalar como produto das inter-relações, como sendo algo formado pelas diversas interações, nas diferentes escalas, do global ao local, ou o intimamente pequeno. Instrumentos que incorporem as possibilidades dispostas pelas tecnologias de comunicação e informação, a fim de interpretar esta realidade a que as cidades estão submetidas,



dimensionar, escalonar, fundamentar ou viabilizar propostas políticas originadas em novos espaços de representação da sociedade, que transcenda as suas individualidades e pluralidades atuais. Os instrumentos de planejamento urbano dentro desta nova política da espacialidade devem envolver indistintamente os diferentes atores, com as suas múltiplas trajetórias e interesses, compreendendo o espaço como a esfera da coexistência, da existência da multiplicidade, que dê conta de incorporar a pluralidade e heterogeneidade contemporânea.

O espaço como um elemento em permanente construção, inacabado na sua essência e dinâmico por natureza. Assim sendo, pensar o urbano nestas condições nos faz crer na possibilidade de reconquistar uma dupla exigência que a vida na cidade nos coloca e que a caracteriza, conforme aponta Mongin (2009), a instituição de limites e uma cultura da proximidade – mas que é ao mesmo tempo nos parece ser o nó das inquietudes relativas ao indivíduo e ao coletivo na contemporaneidade, cujo alcance passa necessariamente pelo plano do político e do espaço enquanto política.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, François. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010. 104 p.
- MARICATO, Ermínia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES, Otília; VAINER Carlos; MARICATO Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Rio de Janeiro. Vozes, 2000.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- MOTTA, Marly S. da. *O “Hércules da prefeitura” e o “demolidor do Castelo”: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro*. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: História e desafio*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002.
- PECHMAN, Robert Moses. *O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20*. In: RIBEIRO, L. C. & PECHMAN, R. *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996.
- RIBEIRO, L. C. & PECHMAN, R. *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996.
- SECCHI, Bernardo. *A Cidade do Século Vinte*. Editora Perspectiva, 2009.
- SILVA, Maclovia C. da. *Urbanismo nas cidades brasileiras durante a primeira metade do século 20. Sinopse / Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. V. I (1981) – São Paulo: FAU, 1981.*
- VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, C. & SCHIFFER, S. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo. Editora da USP, 1999.